

“O SHOW DA VIDA”: ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E DESIGUALDADE SOCIAL NAS ABORDAGENS EM JORNAIS TELEVISIVOS

“THE SHOW OF LIFE”: EMERGENCY REMOTE TEACHING AND SOCIAL INEQUALITY IN TELEVISION NEWSPAPERS APPROACHES

Clarisse Beatriz Nascimento Ventura 1

Resumo: O Brasil sofre com a ampliação das distâncias sociais e a diminuição do poder aquisitivo para as classes economicamente vulneráveis, devido a pandemia da COVID-19 e as medidas de isolamento social para conter a propagação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), gerador da doença respiratória que assola o mundo contemporâneo com mais de 5 milhões de mortes pelo globo. Como medida de segurança sanitária, o Ministério da Educação, em conformidade com as orientações da Organização Mundial de Saúde, implantou a modalidade de Ensino Remoto para as instituições de ensino. O presente artigo debruça-se em um estudo acerca do caráter emergencial do Ensino Remoto, em vista das desigualdades sociais e a restrição de acesso aos recursos que possibilitam o exercício das atividades online, bem como pretende compreender de que forma o jornal televisivo, *Fantástico: O Show da Vida*, constrói uma realidade formadora de opiniões sobre a educação em período pandêmico.

Palavras-chave: Educação. COVID-19. Mídia. Jornalismo. Ensino remoto.

Abstract: Brazil suffers from the expansion of social distances and the decrease in purchasing power for the economically vulnerable, classes due to the COVID-19 pandemic and the social isolation measures to contain the spread of the new coronavirus (SARS-CoV-2), generator of the respiratory disease that plagues the contemporary world with more than 5 million deaths across the globe. As a health security measure, the Ministry of Education, in accordance with the guidelines of the World Health Organization, implemented the remote teaching modality for educational institutions. This article focuses on a study about the emergency character of remote teaching, in view of social inequalities and the restriction of access to resources that enable the exercise of online activities, as well as intends to understand how the television newspaper, *Fantastic: The Show of Life*, builds an opinion-forming reality about education in a pandemic period.

Keywords: Education. COVID-19. Media. Journalism. Remote teaching

1 Graduada em História pela Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico - Centro Universitário Tabosa de Almeida (ASCES-UNITA) e Especialista em Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2005042795835596>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1420-0233>. E-mail: clarissenventura@gmail.com.

Introdução

Houve tempos remotos em que as civilizações se encontraram diante de proliferações de doenças mortais, causando terror na população devido aos efeitos colaterais. Para os gregos, tratava-se de algo que causava medo e algazarra para os povos, construindo assim o que chamamos de “epidemia”. O termo é composto por duas partes, “epi” que significa “sobre” e “demia” que significa “povo”, desta forma, podemos entender que as epidemias que passaram pelo globo terrestre até hoje, possui a característica de causar medo e alarde devido ao seu contágio rápido, dizimando boa parte da população atingida. Quando tratamos de uma “pandemia”, palavra também de origem grega, conhecida através de Platão (sendo usada de maneira abrangente, referindo-se à ações que alcancem uma população por inteiro), traz à tona a grande circulação da doença, que atravessa fronteiras, sendo capaz conquistar outras regiões geográficas, aumentando o seu círculo de contágio (REZENDE, 1998). A história do mundo também pode ser contada através dos efeitos de pandemias e epidemias que moldaram civilizações e incentivaram o advento da ciência para o desenvolvimento de técnicas medicinais avançadas.

Por volta dos anos 430 a.C a 427 a.C, a Praga de Atenas dizimou dois terços da população durante a Guerra do Peloponeso, a causa é desconhecida ainda hoje, contudo, supõe-se que as mortes foram causadas a partir da febre tifoide. No continente europeu, durante o século XI, grande parte do povo foi marginalizado devido a epidemia de lepra, os leprosos eram considerados pecadores pela igreja católica, pois haveria de ser um castigo divino para o imaginário da época. Em 1347, iniciou-se a maior pandemia conhecida pelos estudos históricos, a Peste Negra, que dizimou cerca de um terço até metade da população europeia, tal pandemia ficou conhecida pelas marcas escuras deixadas no corpo pela peste bubônica, doença causada por uma bactéria encontrada em pulgas de roedores contaminados (BARATA, 2020).

Em Wuhan, cidade de grande influência na província de Hubei, na China, os primeiros casos de COVID-19, doença oriunda do novo coronavírus (SARS-CoV-2), foram divulgados para as redes mundiais em dezembro de 2019. Em seguida a cerca de dois meses do conhecimento de casos da doença em território chinês, a Organização Mundial de Saúde (OMS), declarou a situação da COVID-19 como característica de uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, o isolamento social tornou-se a principal orientação definida como medida para o controle da propagação do novo coronavírus nas regiões afetadas (UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS, 2020).

Após o período de festividades carnavalescas, típicas das regiões brasileiras, o novo coronavírus foi detectado no Brasil ao final do mês de fevereiro, sendo propagado para um número considerável de habitantes em meados de março. Em reação ao aumento dos casos de COVID-19, o Ministério da Educação (MEC), através da portaria nº 343 de 17 de março de 2020, suspendeu as aulas presenciais das instituições de ensino, ao planejar, em acordo com o Conselho Nacional de Educação (CNE), a modalidade de Ensino Remoto, novo formato de ensino com objetivo de substituir temporariamente as aulas presenciais, a fim de dar continuidade ao calendário escolar e do cumprimento da carga horária mínima anual. Tal modalidade de ensino foi posta em prática a partir de 29 de maio de 2020.

O Ensino Remoto é possível através de plataformas digitais e aparelhos como computadores, *smartphones* e *tablets* que possuem conexão à *internet*, esta modalidade de ensino propõe estabelecer conferências *online* entre professores e estudantes, promovendo a exposição de conteúdos e diálogos em relação ao tema estudado. Os professores possuem o objetivo de alinhar o calendário anual à nova modalidade, e cabe aos estudantes adaptar-se às ferramentas digitais para a confecção e envio de exercícios avaliativos e garantia de presença em ambiente virtual.

Contudo, as ferramentas e aparelhos que possibilitam o acesso ao Ensino Remoto requerem um certo poder aquisitivo, uma vez que, a inclusão digital ainda é um desafio para o Brasil, que possui milhões de famílias em situação de vulnerabilidade financeira. No início das atividades remotas, uma pesquisa realizada a partir do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)¹, aponta

¹ Os dados selecionados são de domínio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação, a Pnad TIC. A pesquisa apresenta dados recolhidos até o terceiro semestre de 2019, para destacar a população que entrou em período pandêmico sem acesso aos aparelhos e redes de conexão básicas para o exercício de atividades remotas, evidenciando os desafios para a inclusão social no Brasil. Os dados

que cerca de 4,3 milhões de alunos da rede pública de ensino não possuem acesso à *internet*, algo menos agravante (em análise quantitativa) no setor privado, onde pelo menos 174 mil estudantes da educação básica não possuíam acesso à *internet* nos primeiros meses de pandemia. Para a pesquisadora responsável pelo levantamento, “A renda é um fator que explica ter um computador em casa, ter um *tablet*, um celular, ter *internet* no domicílio. Para estar na rede privada, você tem de pagar para estudar” (REVISTA EXAME, 2021).

Deste modo, podemos entender que o acesso à *internet* e aos demais aparelhos tecnológicos é desigual em nosso país, de maneira que as classes menos favorecidas economicamente, não possuem acesso às atividades remotas, evidenciando aqui, o caráter emergencial desta modalidade, pois não houve planejamento para o cumprimento do ano letivo em ambientes virtuais. Sendo assim, a pandemia do novo coronavírus traz à tona a forte desigualdade social que é característica do Brasil há séculos, para além disso, foram aguçadas devido à crise econômica causada pela emergência de mortes devido a COVID-19 em escala mundial.

Nas dinâmicas midiáticas brasileiras, constituídas pelos diversos meios de comunicação como rádio, jornais televisivos, redes sociais etc., os noticiários diários são parte do cotidiano de grande parte dos brasileiros, visto que muitas informações são repassadas por via dos jornais televisivos. Conforme o levantamento organizado pela *Kantar IBOPE Media (2018)*², nas principais regiões metropolitanas brasileiras, 93% da população costuma assistir a noticiários televisivos regularmente, explanação que reflete o rápido crescimento do alcance das informações que são repassadas a partir desses jornais.

A *Rede Globo*, tratando-se de uma rede de televisão comercial de conteúdo aberto, com público além das fronteiras brasileiras, sendo líder de audiência em território nacional contando com 99,62% de telespectadores nos domicílios pleiteados com aparelho televisivo (MÍDIA, 2016). Em 1973, a emissora, com objetivo de proporcionar o que há de mais “extraordinário” ao redor do mundo para as casas brasileiras, lançou ao ar o programa jornalístico *Fantástico: O Show da Vida*³, contando com um conteúdo diverso (quadros musicais, humorísticos, correspondentes internacionais e documentários) e estúdio diferenciado, o programa chama a atenção pelas reportagens que permeiam o mundo a partir de uma seleção mista, discutindo assuntos tanto nacionais quanto internacionais.

O *Fantástico* ainda está em exibição na atualidade, tendo a mesma premissa de seu lançamento, e se propôs a realizar uma cobertura geral do período pandêmico no Brasil, tratando das demais esferas sociais impactadas pela pandemia da COVID-19, como a esfera educacional. As reportagens retratam a nova modalidade de ensino nas escolas e a vivência de alunos e professores em meio aos novos métodos para cumprir o ano letivo, como as dinâmicas de acesso aos conteúdos e as desigualdades sociais enfrentadas durante o isolamento social na pandemia.

Tendo em vista o vasto alcance das informações fornecidas pelos jornais televisivos, o *Fantástico* possui grande visibilidade em território nacional, sendo um dos principais programas das noites de domingo, logo, os debates televisionados são transmitidos para um número considerável de brasileiros que consomem o conteúdo midiático e, conseqüentemente, a informação gerada por estas produções. Ao estudar as plataformas midiáticas, entre elas os noticiários brasileiros, Guareschi discute que a mídia possui uma importância vultosa em relação à opinião pública, quando trata-se de assuntos referentes à sociedade, bem como a desigualdade, tendo em mente que: “A comunicação faz a realidade” (GUARESCHI, 1940).

Descrito isso, o presente trabalho compromete-se em estudar o debate entrelaçado entre o aparato midiático e a realidade da educação brasileira a partir de um levantamento bibliográfico sobre o assunto, bem como a análise de conteúdo para investigação dos dados obtidos. Interessado em compreender como a mídia pode auxiliar na construção de uma realidade, esta pesquisa se propõe a investigar de que maneira o programa televisivo *Fantástico: O Show da Vida*, produz informações que compõem uma realidade, ao passar para a sociedade observações e considerações

foram apresentados pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE).

2 A Kantar IBOPE Media trata-se de um domínio latino-americano da empresa Kantar Media, líder global nos recursos de inteligência em mídias, tal corporação proporciona um vasto número de informações a respeito dos desempenhos midiáticos em regiões específicas.

3 O *Fantástico: O Show da Vida*, possui a característica de um dos programas jornalísticos mais antigos e rentáveis da Rede Globo, contando com programas todo domingo, em quarenta anos de exibição contínua

sobre a desigualdade social na educação durante o período pandêmico.

Educação, desigualdade social, e inclusão social em contexto pandêmico

As escolas de ensino básico no Brasil vivenciavam uma dinâmica presencial, deste modo, o ambiente escolar foi refletido e planejado para que a estrutura das instituições de ensino fosse contemplada com recursos e profissionais capacitados para receber os estudantes nas salas de aula. Os materiais didáticos como livros de apoio, além de carteiras, quadros, corredores, espaço de convivência, refeitório, os sons que preenchem as salas e pátios, risadas, brincadeiras, gincanas, amizades, afetos e a vivência com vasta pluralidade de indivíduos presentes em ambiente escolar, edificaram o imaginário que tínhamos ao discutir educação, afinal estes eram os elementos que compunham boa parte das escolas. Como imaginar a educação básica sem esse espaço físico?

O isolamento social, proposto pela Organização Mundial de Saúde, desencadeou a suspensão das aulas presenciais, fundamentada pelo Ministério da Educação, em março de 2020. A partir daquele momento, a modalidade de ensino seria remota, em outras palavras, o espaço físico escolar não estaria mais disponível para acolher estudantes e professores. O ambiente escolar foi suspenso. O modelo de Ensino Remoto, como dito anteriormente, requer aparatos tecnológicos para seu funcionamento, visto que se trata de conferências em tempo real com professores. O ambiente escolar foi transferido para um ambiente virtual, as relações entre alunos e professores passaram a ser intermediadas por dispositivos digitais, e por consequência, as atividades necessitavam de conhecimento dessas ferramentas tanto por parte dos professores, quanto por parte dos alunos.

Entretanto, o cenário da população brasileira dispõe de distâncias entre as classes sociais, uma vez que, as classes menos favorecidas economicamente possuem condições diferentes das classes mais privilegiadas, algo que foi bastante evidenciado durante o isolamento social, como discute a autora:

As condições de vida são fatores que marcam e distinguem as pessoas. As inseridas e implicadas na sociedade em rede, que vivem ativamente as organizações ciberculturais, podem enfrentar o isolamento social com mais tranquilidade e aproveitar o recolhimento para desenvolver novas ações em todos os setores das suas vidas conectadas. Para essas pessoas o isolamento social pode ser criativo e festivo. De outro lado, populações excluídas ou que vivem precariamente a inclusão digital, encontram no isolamento social mais um fator de sofrimento, vulnerabilidade social, econômica, cultural e educacional (COUTO; COUTO; CRUZ, 2020, p. 212).

Em meio às medidas sanitárias para evitar o aumento dos casos de COVID-19, o entretenimento virou principal alvo das ferramentas digitais, uma vez que, as classe mais privilegiadas economicamente se enxergam em meio a uma luta constante contra o tédio e a ausência de contato físico com amigos e familiares, enquanto as classes menos privilegiadas travam uma batalha contra a fome, a miséria, o desemprego e a carência de recursos tecnológicos para o recebimento de auxílios governamentais, acesso à educação e as demais atividades que exijam a inclusão digital, posto que:

Com metade da população vivendo do trabalho informal e morando nas favelas, o fechamento do comércio e o início do isolamento social fizeram com que essas pessoas perdessem sua renda e sustento não sem demora, as vulnerabilidades sociais e econômicas de aproximadamente cem milhões de pessoas se tornaram chocantemente visíveis [...] as desigualdades sociais também são acompanhadas de exclusão digital. O acesso à *Internet* continua desigual no País.

No Brasil, praticamente metade da população não tem acesso à *Internet* ou tem acesso limitado e instável (COUTO; COUTO; CRUZ, 2020, p. 212).

A disparidade econômica encontrada nas classes sociais afeta em peso a modalidade de ensino proposta pelo Ministério da Educação. Pois enquanto existe uma migração para o Ensino Remoto, orientada por parte da gestão e coordenação de escolas particulares, que possuem professores e alunos inclusos no meio digital, engajados para reinventar as metodologias e as técnicas de interação para manter o bom funcionamento do novo sistema de atividades, há uma grande parcela de alunos e professores que não dispõe desses privilégios.

Se por um lado, o calendário escolar está sendo cumprido por meios virtuais, entende-se que o acesso às aulas possui uns alguns requisitos mínimos: Condições financeiras de manter um aparato tecnológico em bom estado; Acesso à uma rede de *internet* estável; Instrução digital para o uso das ferramentas propostas pela escola. Esses três requisitos funcionaram como uma espécie de triagem durante o período pandêmico, dado que, apenas quem possui esses itens, consegue ter acesso ao Ensino Remoto.

Em pesquisa realizada pela TIC Domicílios, indicou que embora 92% da classe média possui acesso à *internet*, menos da metade da população de baixa renda tem algum tipo de contato com a *internet*, onde o acesso geralmente se dá por aparelhos de celular, dos quais não dispõe de algumas ferramentas exigidas para a realização das atividades escolares (TIC DOMICÍLIOS, 2019). Em outras palavras, o Ensino Remoto segrega uma parcela de alunos desfavorecidos economicamente no momento em que pretende dar continuidade às atividades educacionais em uma plataforma que exija um certo poder aquisitivo.

Entretanto, este período da educação brasileira marcada pela pandemia do COVID-19 apenas aguçou uma realidade já conhecida pela população de baixa renda no país. O acesso à educação, apesar de ser um direito fundamental previsto nos artigos 6º e 205º da Constituição Federal Brasileira (1988), é uma realidade para uma parcela pequena de brasileiros, pois em um país de dimensões continentais, não há escolas, nem vagas, e tão pouco, recursos para todos. Embora trate-se de um direito básico à humanidade, garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a educação no Brasil é para poucos, e podemos dizer que, em épocas de Ensino Remoto, o direito à educação tornou-se um privilégio.

Ensino Remoto Emergencial, Ensino à distância ou Ensino Remoto?

A preferência pelo ensino presencial é notável, devido às condições consequentes de medidas emergenciais para a continuidade das atividades escolares durante os primeiros meses de pandemia no mundo. O contato com sistemas e atividades em ambientes diferentes causaram a perda de interesse e foco por parte de muitos alunos, de maneira que, o aprendizado *online* carrega o estigma de possuir uma qualidade inferior ao aprendizado presencial, tal descrédito deve-se ao fato de que não houve um planejamento para o processo de migração do ensino presencial para o ensino pautado em plataformas digitais, assim como nem sequer houve uma aproximação e treinamento para estudantes e professores de boa parte da educação básica (HODGES, 2020).

A nomenclatura das modalidades de ensino pode ser confundida e utilizada de maneira incorreta ao longo das vivências educativas, deste modo, a fim de discutir a educação em período pandêmico, faz-se necessário a definição destes três termos designados para as atividades educacionais em ambientes virtuais. De antemão, podemos entender que, o que difere cada modalidade de ensino proposta nesta discussão é o planejamento do cumprimento do calendário escolar e as condições de acesso dos sujeitos envolvidos nestes processos.

A educação em plataformas virtuais vem se destacando nas pesquisas em educação há décadas. De forma que, esta modalidade constitui-se eficaz a partir de teorias, métodos de ensino e padrões de avaliação planejadas em conformidade com o desenvolvimento de uma ambientação virtual própria, ou seja, trata-se de um longo processo de criação, visando o treinamento prévio de professores e estudantes para a utilização desta modalidade.

Tem sido o caso da modalidade de Ensino à Distância (EaD), reconhecida no Brasil pela

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), e conceituada em conformidade no Decreto Lei nº 9.057/2017:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias [digitais] de informação e comunicação [TDICs], com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017, s/p).

Sendo assim, o Ensino à Distância além de ser pautado em um processo de planejamento e construção de um aparato voltado para atividades educativas em meio virtual, requer políticas de acesso aos conteúdos digitais e ferramentas tecnológicas além de profissionais capacitados e treinados para o pleno desenvolvimento desta modalidade. O principal pilar que diferencia o Ensino à Distância do Ensino Remoto, seria a flexibilidade de horários e espaços, pois o EaD nasce através da premissa de que muitos estudantes (geralmente do Ensino Superior), não desfruta de horários fixos para estudos, em razão à rotina de trabalho. Em vista disso, o Ensino à Distância independe de um espaço e tempo para a realização das atividades, diferentemente do Ensino Remoto, que requer a presença do aluno em uma conferência *online*, no horário em que possivelmente iriam ocorrer as aulas presenciais:

Esse tipo de ensino remoto, praticado na pandemia de 2020, assemelha-se à EaD apenas no que se refere ao uso de uma educação mediada pela tecnologia digital. [...] O termo remoto se refere apenas à mudança do espaço físico que outrora era presencial e agora, temporariamente, é remoto (digital), termo muito utilizado nas áreas de Tecnologia da Informação (TI) para se referir à não presencialidade (JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020, p. 13).

Assim sendo, podemos entender que o Ensino Remoto, proposto para substituir temporariamente o ensino presencial durante a pandemia da COVID-19, constitui-se de uma modalidade de ensino *online*, porém em tempo real, na qual os estudantes deverão seguir os princípios de uma educação presencial, geralmente com aulas expositivas dialogadas. Tomando consciência que a educação *online* requer um planejamento prévio para seu desenvolvimento, o Ensino Remoto não assegura uma flexibilidade de tempo e espaço, nem mesmo profissionais instruídos, planejamento de plataformas, atividades e avaliações, assim como também não dispõe da garantia de acesso às aulas ministradas remotamente.

Dito isso, em acordo com os argumentos apresentados em artigo da Revista Científica *Educause Review*⁴, podemos refletir acerca do caráter emergencial do Ensino do Remoto utilizado no Brasil durante o período pandêmico:

Muitas das experiências de aprendizado *online* que os instrutores poderão oferecer a seus alunos não serão totalmente apresentadas ou necessariamente bem planejadas, e há uma alta probabilidade de implementação abaixo do ideal. Precisamos reconhecer que todos farão o melhor que puderem, tentando levar apenas o essencial enquanto fazem uma corrida louca durante um período emergencial. Assim, é importante a distinção entre o tipo normal e cotidiano de instrução *online* eficaz e o que estamos fazendo com pressa,

4 Revista científica digital voltada para a comunidade de Tecnologias da Informação (TI) do Ensino Superior, os artigos publicados possuem o objetivo de analisar os desenvolvimentos e as tendências atuais no campo de TI, e como tais inovações podem afetar o Ensino Superior e as demais esferas sociais. A Revista dispõe de artigos publicados em língua inglesa.

com recursos mínimos e pouco tempo: Ensino Remoto de Emergência (HODGES, 2020, p. 1).

O Ensino Remoto de Emergência (ERE), consiste em uma modalidade de ensino temporária, devido a questões circunstanciais de crise, como seria o caso da suspensão das aulas presenciais devido às orientações de segurança sanitária na pandemia da COVID-19. Tal modalidade é constituída de um Ensino Remoto, com aulas ministradas pelos professores que antes eram responsáveis por lecionar nas aulas presenciais. Além disso, dependendo da situação da crise a ser enfrentada, o Ensino Remoto Emergencial pode contar com um sistema híbrido de aulas, onde uma parte dos estudantes poderão voltar ao Ensino Presencial em tempos de flexibilidade da ameaça, mesmo com as atividades remotas ainda em progresso.

O objetivo principal nessas circunstâncias não é recriar um ecossistema educacional robusto, mas fornecer acesso temporário à instrução e suporte instrucional de uma maneira que seja rápida de configurar e esteja disponível de maneira confiável durante uma emergência ou crise (HODGES, 2020, p. 1).

Destacando o caráter emergencial desta modalidade, podemos citar um estudo de caso examinado pela Rede Interagencial de Educação em Emergências. No Afeganistão, as atividades escolares foram interrompidas devido a ameaça do Talibã (grupo fundamentalista religioso, nacionalista e de cunho extremista), que expandia seu domínio na região entre 2007 e 2009, período em que as escolas para meninas foram fechadas pelo grupo extremista. Para o estudo, seria tentador pensar na possibilidade de implementação do Ensino Remoto de Emergência durante a crise de segurança afegã, entretanto, traçar este modelo de ensino, visando seu caráter emergencial, significa mapear as necessidades dos estudantes e professores que irão utilizar tal modalidade. Por conseguinte, para a eficácia de um Ensino Remoto Emergencial, faz-se necessário refletir a respeito do acesso a este ensino, além de garantir a aquisição de aparelhos e recursos para garantir o treinamento e participação de docentes e alunos nas aulas.

O que se torna aparente quando examinamos exemplos de planejamento educacional em crises é que essas situações exigem solução criativa de problemas. Temos que ser capazes de pensar fora das caixas padrão para gerar várias soluções possíveis que ajudem a atender às novas necessidades de nossos alunos e comunidades (HODGES, 2020, p. 1).

Ao analisar as três modalidades apresentadas (Ensino à Distância, Ensino Remoto e Ensino Remoto Emergencial), podemos compreender que inicialmente, o Ministério da Educação possuía uma proposta de implementação do Ensino Remoto como modalidade substitutiva do Ensino Presencial, entretanto, em função do caráter emergencial da crise sanitária que estamos enfrentando, a realidade que podemos observar é de um Ensino Remoto Emergencial.

Esta realidade pode ser explicada quando destacamos a desigualdade social aguçada pela pandemia e as dificuldades para o acesso aos conteúdos ministrados em plataformas digitais. Deste modo, ao desconsiderar as condições desiguais de acesso de alunos e professores, o Ensino Remoto Emergencial que possuímos em nosso país, ainda que reconheça o seu caráter de emergência, não garante educação para todos. Consiste em um Ensino Remoto Emergencial apenas para aqueles incluídos no meio digital.

Em meio à angústia de cumprir o currículo escolar, as escolas privadas e públicas tentam, de alguma forma, enviar os conteúdos e as atividades se utilizando, como já dito, de *e-mails* e/ou redes sociais, como *Facebook* e *WhatsApp*, bem como aulas ao vivo por meio de videoconferência no horário das aulas presenciais (JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020, p. 19).

Além disso, o Ensino Remoto Emergencial no Brasil durante a pandemia, sequer passou

por um processo de migração adequado, nem mesmo para os incluídos digitalmente. A falta de formação docente para o uso de TDICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), afeta significativamente o cumprimento das aulas pois não há uma plataforma fixa, que permita aos estudantes e professores, uma utilização estável de acesso aos conteúdos escolares, devido à ausência de treinamento específico de ferramentas digitais educativas.

No Brasil, o corpo docente parte para o improviso usando redes sociais, fazendo uma produção ineficiente de videoaulas postadas no *Youtube*; enviando atividades previamente selecionadas dos livros didáticos enviadas através de grupos de *WhatsApp*, criados pelas gestões escolares; fazendo videoconferências utilizando aplicativos como o *Google Meet* ou o *Zoom Meeting*, entre outros, ou recorrendo às redes sociais como *Youtube* e *Instagram*, as quais, às vezes, nem sempre são muito eficazes, mas que, neste momento, estão sendo o caminho adotado haja vista que o celular está substituindo o computador como objeto de acesso à *internet* no contexto local (JOYE; MOREIRA; ROCHA, 2020, p. 19).

O Ensino Remoto Emergencial apresentado no *Fantástico: O Show da Vida*

Para substituir o *Buzina do Chacrinha* (1972), programa de grandes prestígios das noites de domingo das famílias brasileiras, a premissa do *Fantástico: O Show da Vida* era proporcionar um conteúdo de caráter “espetacular”, notícias que prendessem a atenção do público em virtude das histórias “fantásticas” tratadas no jornal televisivo. De início, o programa chamava-se apenas *Show da Vida*, porém após a concretização da premissa jornalística, de reunir o que há de mais fantástico no Brasil e no mundo (música, notícias, esportes e entretenimento diversos), o *Show da Vida* tornou-se espetacular até mesmo em sua nomeação, tornando-se *Fantástico: O Show da Vida*. (SOBRINHO, 2011)

A construção da linha editorial do *Fantástico: O Show da Vida*, possuía um objetivo pessoal do diretor executivo da *Rede Globo*, e primeiro elaborador do *Show da Vida*, José Bonifácio Oliveira Sobrinho (conhecido como Boni). A principal finalidade do programa televisivo era “remar contra a maré” das produções jornalísticas da época, deste modo, o *Fantástico*⁵ teria uma linha de seguimento com uma ordem proposital para causar um sentimento nos telespectadores, sentimento este que seria a “esperança”. (SOBRINHO, 2011).

As produções do *Fantástico* até hoje cumprem essa premissa, apresentam o que há de mais extraordinário no mundo, mesmo que possua um caráter catastrófico, porém, sempre haverá uma esperança no final, com uma reportagem que retrate este sentimento. Em meio às reportagens em relação à pandemia da COVID-19 no Brasil, o *Show da Vida* se propôs a produzir reportagens discutindo os desdobramentos da educação durante o isolamento social e a suspensão de aulas presenciais. Dentre as matérias, destacamos uma reportagem lançada ao ar na noite do dia 21 de março de 2021, com o seguinte título chamativo, “Jovem sobe no alto de árvore para melhorar sinal de *internet* e assistir aulas no Pará”.

O jornal televisivo retratou a vivência de Artur Mesquita, um garoto jovem de 15 anos, que vive no interior do estado do Pará, região norte do país. Devido às aulas remotas, Artur sofre com os problemas de conexão de *internet*, e ao perceber que no alto de uma árvore, a conexão é possível, o estudante sobe todos os dias na copa da árvore para assistir as aulas remotas.

5 Neste artigo, utilizaremos ora a palavra Fantástico, ora a designação Show da Vida, destacadas em itálico, para referir-nos ao jornal televisivo Fantástico: O Show da Vida.

E, é desta maneira, desde novembro de 2020, que o jovem estudante acessa a *internet* para ter aulas, fazer atividades, baixar conteúdo e falar com os professores. Todos os dias, assim que a aula começa, ele vai para a árvore, onde o sinal de *internet* funciona melhor. [...] Artur e o irmão procuravam por sinal de celular pela comunidade e, foi embaixo de uma mangueira, que eles perceberam que o celular tinha sinal. Ao subir na árvore, a intensidade aumentava cada vez mais. [...] Esta foi a maneira que eles encontraram de acompanhar aulas, que passaram a ser *online* por conta da pandemia de Covid-19. Artur e o irmão chegaram a construir uma escada, um banquinho e até um suporte para o celular no alto da árvore (FANTÁSTICO, 2021).

A notícia apresenta as dificuldades de acesso às aulas remotas durante o isolamento social e exemplifica tal situação ao citar a história do Artur Mesquita, contudo, não há críticas à migração emergencial da modalidade presencial para o Ensino Remoto, tão pouco o questionamento para com a garantia de educação para todos, descrita na Constituição. Para o programa televisivo, através desta reportagem, podemos refletir que há um entendimento superficial das desigualdades vividas por estudantes e professores durante a pandemia, e com isto, existe necessidade de encarar a realidade com sentimentos de superação. Por tanto, alunos e professores contam com a esperança de tempos melhores, e a força de vontade para superar tais dificuldades.

Em meio à vegetação da maior floresta tropical do planeta, lá está a árvore oferecendo sombra e esperança ao jovem Artur Mesquita, de 15 anos, que se mantém como um dos alunos mais aplicados do 1º ano do ensino médio, no município de Alencar, no oeste do Pará (FANTÁSTICO, 2021).

O *Fantástico: O Show da Vida*, apresenta tal reportagem ao final da noite de domingo, sendo a última apresentação do programa, estava encerrando-se mais um *Show da Vida* naquela semana. Conhecendo a premissa do programa, podemos entender que o roteiro segue a produção do sentimento de esperança ao final de cada programa. Ao final daquele domingo, em março de 2021, o *Fantástico* se propôs a produzir um sentimento esperançoso de que mesmo com as dificuldades diversas, com a desigualdade social que assola o país a séculos, sendo aguçada em período pandêmico, quem está disposto a tentar passar por essas dificuldades, há de conseguir. Esta foi a mensagem esperançosa que o *Show da Vida* propagou para milhares de telespectadores.

Fantástico: O Show da Vida e o discurso meritocrático

Quando debatemos igualdade e desempenho, buscamos analisar cada indivíduo levando em consideração suas oportunidades e condições de vivência tais como poder aquisitivo, escolaridade, e acesso aos direitos básicos. Nações que se reconhecem como igualitárias, partem de princípios constitucionais que garantem, em lei, o cumprimento e segurança de direitos básicos de acesso à educação, saúde, moradia, segurança, bem como as demais liberdades de expressão religiosa, de gênero, entre outras. Logo, se todos os indivíduos são iguais perante a lei, “a única coisa a diferenciá-los, para fins de ordenação social, em termos de status, poder econômico e político, é o desempenho de cada um” (BARBOSA, 2014).

Desta forma, podemos traçar um relacionamento entre igualdade e desempenho, pois se todos os indivíduos são iguais, o desempenho é o critério que irá diferenciá-los em ambas as esferas sociais. Em outras palavras, em sociedades igualitárias, se a situação de um sujeito é vulnerável, deve-se ao seu desempenho, como discute a autora Livia Barbosa⁶:

6 Professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense e doutora em Antropologia Social.

Porque, de acordo com a ideologia das sociedades modernas, todos os indivíduos nascem livres e iguais. Além de sujeitos empíricos, eles também são sujeitos morais. Isso significa que nenhum atributo social do tipo ascendência, riqueza, status, relações pessoais etc. pode ser levado em conta no tratamento que a sociedade dispensa aos seus membros. Eles não definem o indivíduo. O que define o indivíduo é uma suposta semelhança moral dada pela existência de uma dimensão natural/física idêntica entre todos os seres humanos. Essa semelhança de forma é tomada como base de um sistema de direitos ao qual todos devem ter acesso igual. (BARBOSA, p. 80, 2014)

Ao lembrarmos as questões de desigualdades sociais no Brasil, já debatidas anteriormente, entendemos que os direitos básicos, mesmo assegurados por lei, não possuem uma efetivação plena. Visto que, elementos como saúde, segurança e educação não atingem todos os indivíduos necessitados, assim como, expressões de preconceito e racismo fazem parte do cotidiano brasileiro, mesmo sendo condenadas pelo Código Penal.

[...] para que o desempenho dos indivíduos tenha legitimidade social, ele deve estar inserido num contexto juridicamente igualitário, no qual a igualdade funcione como uma moldura para os acontecimentos e proporcione as condições para que as pessoas sejam avaliadas exclusivamente pelas suas realizações. Ou seja, nenhum outro critério como, por exemplo, poder econômico, status, relações familiares e pessoais podem influenciar esta avaliação. É por isso que desempenho e igualdade estão intimamente associados. Esta última fornece as condições necessárias e suficientes para a sua legitimidade. (BARBOSA, p. 80, 2014)

Ou seja, o que é escrito pela Lei, por muitas vezes, não é efetuado, da mesma forma que existe o escrito: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988), observamos um cenário de desigualdade social e direitos negados. Desta forma, podemos entender que ao construir um sistema pautado em meritocracias (onde basta um bom desempenho para alcançar seus objetivos), as sociedades tornam-se excludentes, como discute a autora:

As hierarquias construídas pelas meritocracias são excludentes, pois elas almejam a seleção do melhor ou melhores. Mais ainda, são duplamente excludentes porque, dentre os selecionados como os melhores, escolhem novamente os melhores para liderar os processos e ocupar os lugares no topo da hierarquia (BARBOSA, p. 69, 2014).

Para Foucault (2009)⁷, ao expressar um tipo de saber o discurso exerce também um tipo de poder. Considerando que, em cada discurso existe uma certa “vontade de verdade”, isto é, há uma intencionalidade em apresentar os lados de uma história, seja oferecendo um ponto verdadeiro e outro ponto, sendo tratado como falso, ou apresentando apenas uma visão da história.

Algo que é comum quando analisamos o discurso jornalístico, onde o roteiro é permeado a partir de uma *ordem do discurso*, com a finalidade de construir uma linha de pensamento para seus

7 Referente ao texto de Michel Foucault em A ordem do discurso (2009).

telespectadores. Como discute Foucault (2009)⁸, “não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma”. Esta linha de pensamento é apresentada como verdadeira a partir de uma ordem discursiva já estabelecida, em concordância com os objetivos da matéria jornalística.

Podemos tratar da matéria selecionada do programa jornalístico *Fantástico: O Show da Vida*, a partir da ordem discursiva presente em seu roteiro de apresentação já discutido anteriormente. Ao buscar selecionar a matéria: “Jovem sobe no alto de árvore para melhorar sinal de *internet* e assistir aulas no Pará” ao final do programa, tendo em vista a premissa do *Fantástico*, o jornal televisivo utilizou a reportagem como um pivô da esperança para a educação em tempos pandêmicos.

Pela ausência de críticas à falta de acesso aos conteúdos escolares durante o Ensino Remoto Emergencial e o incentivo de ações que reforcem a ideia de desempenho em detrimento às desigualdades sociais, o *Fantástico* constrói um discurso meritocrático, onde a esperança é válida para aqueles que estão dispostos em investir no desempenho pessoal. Tal cenário acaba por tratar as desigualdades sociais de maneira romântica, sendo suavizadas pela matéria, ora, um estudante do interior que necessita subir em uma copa de árvore para assistir às aulas tem condições iguais de acesso ao de um estudante urbano já inserido digitalmente?

Para o *Show da Vida*, tais dificuldades de acesso não são empecilhos para um bom desempenho escolar. Entretanto, para grande parte dos estudantes brasileiros, esta não é a realidade vivenciada. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Brasil registrou uma alta de 171%, em relação ao ano de 2019, na evasão escolar no segundo semestre de 2021, totalizando 244 mil estudantes entre 6 e 14 anos. Os números são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, conforme tal levantamento, o país regrediu em relação à universalização de oferta de ensino básico durante a pandemia da COVID-19, tendo uma queda de 96,2% no número de matriculados (PORTAL TERRA, 2021). Sendo assim, o jornal televisivo *Fantástico* dispõe de uma ordem discursiva que repassa uma ideia de meritocracia, desconsiderando as desigualdades sociais que regem o país.

O discurso jornalístico e a mídia como aparelho ideológico

Para Navarro (2003), o discurso jornalístico está em conformidade com o espaço midiático, uma vez que este “articula-se também com o saber e o poder”, de modo que os programas jornalísticos apresentados não são completamente independentes pois age de acordo e “tem de submeter-se a certas regras internas e externas da instituição midiática”. Sendo assim, os programas jornalísticos estão sob supervisão constante da mídia, em um “jogo de legitimação e controle”.

Para o autor, a mídia possui um papel fundamental devido ao poder exercido através de suas produções, uma vez que dispõe de saberes em seus roteiros, saberes estes que induzem uma linha de pensamento em seus telespectadores:

[...] a mídia é um campo institucional em que o sujeito que nela fala é, ao mesmo tempo, aquele que pode dizer a verdade dos fatos pelo saber que detém sobre eles e aquele que pode produzir os fatos na sua verdade e submetê-los à realidade pelo poder que exerce na sociedade. (NAVARRO, 2010, p. 84)

Conforme Guareschi (1940), “A comunicação faz a realidade”, ao analisar a maneira em que as pessoas se relacionam com as notícias em jornais televisivos. Em seu livro, Guareschi descreve uma conversa entre dois rapazes, onde um comenta “Parece que a guerra no Iraque terminou” e o outro sujeito questiona os motivos que o levaram a pensar nisso, e o rapaz responde: “Porque os jornalistas não dizem mais nada, não há mais nada na TV”.

Com isto, podemos entender como a linha discursiva jornalística atinge os telespectadores em peso, ao apresentar informações sobre o mundo, como uma narrativa verídica, se esta narrativa acaba, é como se os acontecimentos houvessem de fato terminado, não existissem mais. O autor

8 Referente ao texto de Michel Foucault em *Arqueologia do saber* (2009).

acrescenta: “a força do meio de comunicação está, muitas vezes, mais no silenciar do que no comunicar”.

De acordo Guareschi (1940), as pessoas costumam discutir situações que são apresentadas anteriormente na mídia, de maneira que, se um determinado assunto não é retratado na mídia, a população tende a não discuti-los, logo, “isso significa que se pode deixar de fora da discussão nacional um tema que possa incomodar a determinados grupos, ou governos”, já que os responsáveis pelos meios de comunicação, neste sentido, “procura deter o poder” para o autor, a mídia e o poder são indissociáveis.

As notícias, porém, são a parte mais importante na formação, tanto da opinião pública, como na formação da ideologia das pessoas. Elas vão direto à mente das pessoas e vão construindo a realidade, a verdade, os fatos e acontecimentos. Sem exagero, as notícias constroem a história e o mundo para nós. (GUARESCHI,1940, p. 121)

Em relação ao que foi discutido, podemos compreender que o discurso jornalístico molda uma realidade para os telespectadores, de modo que as informações apresentadas em programas jornalísticos são tratadas como narrativas verdadeiras, induzindo o telespectador a acreditar na linha discursiva apresentada. Tal ordem constrói uma realidade a partir da produção de saberes selecionados e combinados para moldar a opinião pública a respeito do assunto retratado.

Considerações Finais

Com base no que foi apresentado neste estudo, podemos compreender que a dinâmica educativa no Brasil em meio a pandemia da COVID-19, perpassa por dificuldades por efeito da suspensão das aulas presenciais em todo o território nacional. Tal suspensão foi seguida de uma migração de caráter emergencial para o Ensino Remoto, possibilitando a continuidade do calendário escolar em plataformas digitais. Professores e alunos, inseridos em um Ensino Remoto não planejado com antecedência, encontram-se com dificuldades de acesso às aulas, devido às desigualdades sociais e a carência de instruções para a utilização das ferramentas digitais.

A modalidade de Ensino Remoto, proposto pelo Ministério da Educação, não leva em consideração as disparidades socioeconômicas dos estudantes e professores, dificuldades estas que foram aguçadas em período pandêmico devido à crise sanitária e conseqüentemente, a crise econômica, aumentando o número de habitantes em situação de vulnerabilidade no país. O presente estudo discute o caráter emergencial do Ensino Remoto brasileiro, ao discutir que não houve uma migração planejada para tal modalidade, sendo assim, a continuidade das atividades educativas durante o isolamento social é vivenciada a partir de um Ensino Remoto Emergencial, modalidade que é utilizada em períodos de crise, como é o caso brasileiro.

Entretanto, o Ensino Remoto Emergencial dispõe de dificuldades para o acesso às aulas remotas, tendo em vista que boa parte dos alunos não possuem os aparelhos tecnológicos e conexão de *internet*, requisitos para participação nas aulas em plataformas digitais e a realização de atividades avaliativas.

Neste sentido, este estudo debruça-se em uma análise do jornal televisivo *Fantástico: O Show da Vida*, a fim de discutir a ordem discursiva presente na matéria destacada, tal matéria retrata a vivência de um estudante no interior do estado do Pará, o aluno enfrenta dificuldades para realizar as atividades escolares durante o isolamento social. O programa jornalístico repassa saberes e informações que contribuem para uma linha discursiva meritocrática, devido à ausência de críticas à restrição de acesso causada pela desigualdade social, aguçada em período pandêmico.

Trazendo ao debate as considerações de Navarro (2003) e Guareschi (1940), pesquisadores na área de comunicação e mídia, compreendemos que os programas jornalísticos detêm o controle de informações que são repassadas ao público, induzindo uma linha discursiva que é formadora de

opiniões, tal ordem pode omitir ou alterar fatos conforme o interesse da grande mídia.

Dito isso, concluímos que o programa jornalístico *Fantástico: O Show da Vida*, ao apresentar a matéria destacada nesta pesquisa, acaba por induzir uma linha discursiva pautada na meritocracia, algo que desconsidera as desigualdades sociais na educação brasileira e omite as críticas à modalidade de Ensino Remoto. Deste modo, *o Show da Vida*, romantiza os mecanismos de exclusão social, que restringem o acesso à educação em período de pandemia, ao evidenciar que, basta apenas a força de vontade, para torna-se um aluno exemplar. Tal discurso é construído para moldar uma realidade para os telespectadores, uma realidade que omite as dores, miséria e o processo de exclusão da classe menos favorecida do processo educativo em período pandêmico.

Referências

Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. **As Epidemias e as Pandemias na História da Humanidade**. 1. ed., 2020. Disponível em: <https://www.medicina.ulisboa.pt/newsfmul-artigo/99/epidemias-e-pandemias-na-historia-da-humanidade>. Acesso em: 29 jan. 2022.

BARBOSA, L. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil?. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 47, n. 3, p. p. 58-102, 2014. DOI: 10.21874/rsp.v47i3.396. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/396>. Acesso em: 30 jan. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Decreto nº 9.057**, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 343**, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ed. 53, 18 mar. 2020. Seção 01, p. 39.

COUTO, E. S.; COUTO, E. S.; CRUZ, I. de M. P. #FIQUEEMCASA: Educação na pandemia da Covid-19. **EDUCAÇÃO**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 200–217, 2020. DOI: 10.17564/2316-3828.2020v8n3p200-217. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8777>. Acesso em: 29 jan. 2022.

EVASÃO escolar tem aumento de 171% com a pandemia. **Portal Terra**, 2021. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/evasao-escolar-tem-aumento-de-171-com-a-pandemia,1647c8e085201bada6b5e51f2ce28e60dozn0adk.html>. Acesso em: 28 jan. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**; aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 18ª ed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GUARESCHI, Pedrinho A. **O aparelho ideológico da comunicação**. In: GUARESCHI, Pedrinho A. Sociologia crítica: alternativas de mudança. Porto Alegre: Mundo jovem, 1940.

HODGES, Charles et al. The difference between emergency remote teaching and online learning.

EDUCAUSE Review. 27 mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>. Acesso em: 28 jan 2022.

IBGE: um quinto dos brasileiros entrou na pandemia sem acesso à internet. **Revista Exame**, 2021. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/no-pre-covid-brasil-tinha-12-mi-de-familias-sem-acesso-a-internet-em-casa/>. Acesso em: 29 jan. 2022.

JOYE, C. R.; MOREIRA, M. M.; ROCHA, S. S. D. Distance Education or Emergency Remote Educational Activity: in search of the missing link of school education in times of COVID-19. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 7, p. e521974299, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i7.4299. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4299>. Acesso em: 28 jan. 2022.

MÍDIA G. **Mídia dados Brasil**. São Paulo: Nobel; 2016.

NAVARRO, Pedro. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**: A cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

NAVARRO, Pedro. Uma definição da ordem discursiva midiática. In: MILANEZ, Nilton; GASPAR, Nádea Regina. **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

JOVEM sobe no alto de árvore para melhorar sinal de internet e assistir aulas no Pará. **Fantástico**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/03/21/jovem-sobe-no-alto-de-arvore-para-melhorar-sinal-de-internet-e-assistir-aulas-no-para.ghtml>. Acesso em: 24 jan. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 29 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus: Mudança de classificação obriga países a tomarem atitudes preventivas. **Universidade Aberta do SUS**, 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 29 jan. 2022.

REZENDE, J. M. de. EPIDEMIA, ENDEMIA, PANDEMIA, EPIDEMIOLOGIA. **Revista de Patologia Tropical**/Journal of Tropical Pathology, [S. l.], v. 27, n. 1, 2007. Disponibilidade em: <https://www.revistas.ufg.br/iptsp/article/view/17199>. Acesso em: 29 jan. 2022.

SOBRINHO, José Bonifácio de Oliveira. **O livro do Boni**. 1. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

TELEVISÃO: a abrangência e a influência do meio mais presente na vida dos brasileiros. **Kantar Ibope Media**, 2018. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/televisao-a-abrangencia-e-a-influencia-do-meio-mais-presente-na-vida-dos-brasileiros/>. Acesso em: 29 jan. 2022.

TIC DOMICÍLIOS. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. **Comitê gestor da internet no Brasil**. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028tic_dom_2018_livro_eletronico. Acesso em: 24 jan. 2020.

Recebido em 30 de janeiro de 2022.

Aceito em 16 de maio de 2023.